

**JOGOS DE LINGUAGEM E ARTEFATOS CULTURAIS:  
CONVERGÊNCIAS ENTRE LUDWIG WITTGENSTEIN E MICHEL DE CERTEAU**

**LANGUAGE GAMES AND CULTURAL ARTIFACTS:  
CONVERGENCES BETWEEN LUDWIG WITTGENSTEIN AND MICHEL DE  
CERTEAU**

Recebido em: 15/07/2024

Reenviado em: 24/10/2024

Aceito em: 04/11/2024

Publicado em: 22/11/2024

Luiz Henrique Bechtluft Bade<sup>1</sup>   
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Leandro Couto Carreira Ricon<sup>2</sup>   
Universidade Católica de Petrópolis

**Resumo:** Este artigo explora as interseções entre as obras intelectuais de Ludwig Wittgenstein (1889 – 1951) e Michel de Certeau (1925 – 1986), com foco nos conceitos de "jogos de linguagem" e "artefatos culturais". Por meio de uma revisão de literatura, será examinado como esses conceitos se relacionam e como as trajetórias intelectuais de ambos os autores contribuíram para suas formulações. O objetivo é demonstrar que a noção de artefato cultural converge com a de jogos de linguagem, oferecendo novas perspectivas tanto para a filosofia quanto para os estudos culturais.

**Palavras-chave:** Ludwig Wittgenstein; Michel de Certeau; Linguagem; Cultura.

**Abstract:** This article explores the intersections between the intellectual works of Ludwig Wittgenstein (1889 – 1951) and Michel de Certeau (1925 – 1986), focusing on the concepts of 'language games' and 'cultural artifacts'. Through a literature review, we will examine how these concepts relate and how the intellectual trajectories of both authors contributed to their formulations. The objective is to demonstrate that the notion of cultural artifact converges with that of language games, offering new perspectives for both philosophy and cultural studies.

**Keyword:** Ludwig Wittgenstein; Michel de Certeau; Language; Culture.

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos desenvolvimentos observados em todo campo do conhecimento, destacam-se figuras cujas contribuições a uma ou mais searas da pesquisa se fazem profundamente influentes, a ponto de tornar-se difícil imaginar desenvolvimentos subsequentes sem as contribuições em questão. Seja por sua problemática, metodologia, temática, crítica ou quaisquer outros fatores, algumas obras se destacam em seus contextos, trazendo consigo novo

---

<sup>1</sup>Graduado em História pela Universidade Católica de Petrópolis. Aluno especial do Programa de Pós-graduação Lógica e Metafísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria da História e Educação. E-mail: henriqueluiz99@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis. Coordenador de Pesquisa e Extensão da Faculdade EnsinE. Professor Formador da Universidade de Pernambuco. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria da História e Educação. E-mail: leandro.ricon@ucp.br

fervor para o campo ao qual contribuem. O presente artigo procura enxergar conexões entre as obras de dois autores inseridos, a nosso ver, nessas características.

Por um lado, o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, consolidado há muito no campo da pesquisa por suas reflexões nas áreas da filosofia da linguagem, filosofia da lógica e mesmo nos campos da ética e da estética (embora tais contribuições tenham sido trazidas à tona, ao menos no contexto brasileiro, em momentos mais recentes). Por outro, o francês Michel de Certeau, de contribuições amplas a áreas como história, antropologia, sociologia, teologia, linguística... Com efeito, ambos se colocam como figuras indispensáveis para o entendimento das humanidades como atualmente se afiguram.

O texto que segue procura analisar, em especial, dois conceitos: o de *jogos de linguagem* (proposto por Wittgenstein) e o de *artefato cultural* (trabalhado por Certeau). Para tanto, tais categorias serão postas no contexto geral das obras dos pensadores que as propuseram, com fins de melhor compreender onde se encaixam nas complexas produções do austríaco e do francês respectivamente. A partir de tal desenvolvimento, procurar-se-á demonstrar similitudes entre a forma de Wittgenstein de encarar a linguagem e a forma de Michel de Certeau de enxergar a cultura. Em última instância, espera-se, o artigo que segue também demonstrará a fertilidade das análises certeuniana e wittgensteiniana para as humanidades entendidas como um todo.

Para conduzir tal análise, uma revisão de literatura será feita, levando em consideração algumas das principais obras produzidas por ambos os autores. No caso de Michel de Certeau, o livro *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer* (2014), originalmente publicada em 1980, no qual é explicitamente trabalhada a categoria de *artefato cultural*, faz-se cerne das discussões propostas, sendo analisada a partir do cotejamento com outras produções certeunianas, como *A Escrita da História* (2022) e *A Cultura no Plural* (1995) com fins de melhor compreender sua origem e suas relações com os desenvolvimentos no pensamento do autor francês. Já Ludwig Wittgenstein será analisado principalmente a partir de suas *Investigações Filosóficas* (1999), publicada postumamente em 1953, obra em que o conceito de *jogos de linguagem* é proposto. Uma vez mais, tal produção será estudada à luz de obras anteriores, como o *Tractatus Logico-Philosophicus* (2014) e os *Cadernos* (1998), com fins semelhantes àqueles expostos para a análise de Certeau.

As conexões entre os autores não são arbitrariamente escolhidas como tema de análise: o pensamento Wittgenstein faz-se fortemente influente na produção de Certeau, como se pode observar no fato de Certeau analisar explicitamente o pensamento wittgensteiniano em seu *A Invenção do Cotidiano* (2014, p. 65-8), exatamente a partir das reflexões do austríaco sobre a

linguagem. Ademais, a mística wittgensteiniana é tópico de aproximação entre os dois autores, como notado por Schakenraad (2016). Nesse sentido, o presente estudo busca evidenciar, a partir das trajetórias intelectuais análogas dos autores, mais uma ponte possível, a qual se faz relevante à filosofia e aos estudos culturais (HIGHMORE, 2006).

## DA LÓGICA À PRAGMÁTICA: LUDWIG WITTGENSTEIN E OS JOGOS DE LINGUAGEM

Se fossem elencados os filósofos mais influentes do século XX, quase certamente apareceria na lista o nome de Ludwig Joseph Johann Wittgenstein, nascido no ano de 1889 em Viena. De fato, o filósofo fez-se presente em diversos debates de seu campo ao longo de algumas décadas de atividade acadêmica, consolidando-se como referência para a filosofia da linguagem e para a filosofia da lógica.

Parte do motivo pelo qual Wittgenstein fez-se tão presente nos debates de sua época (e posteriores) consiste na formulação de não apenas um, mas dois elaborados padrões filosóficos de amplo escopo analítico, quase totalmente incompatíveis entre si. Com efeito, o *primeiro Wittgenstein*, como normalmente é chamada a fase inicial de seu pensamento, é caracterizado por uma abordagem mais sistemática a respeito da linguagem e de suas possibilidades, assim como por teorias (em maior ou menor grau) definidas a respeito da lógica e da estrutura categorial do mundo<sup>3</sup>. Destaca-se como particularmente importante a *teoria pictórica da linguagem*, a ser mais cuidadosamente elaborada a seguir, a qual teve considerável influência no meio filosófico, em particular com o movimento denominado positivismo lógico<sup>4</sup>. Já o *segundo Wittgenstein*, o qual não chegou a preparar para publicação material algum<sup>5</sup>, afigura-se menos sistemático em suas formulações sobre a linguagem e seus limites. De fato, em sua fase posterior, Wittgenstein afasta-se das problematizações formais a respeito da linguagem, passando a aceitar a tese de que não há uma estrutura profunda, exprimível em lógica de primeira ordem, por detrás das palavras e expressões utilizadas pelos falantes das mais variadas

<sup>3</sup> De fato, a ontologia da primeira fase do pensamento wittgensteiniano vem sendo mais cuidadosamente estudada em anos recentes, ao menos no contexto brasileiro. Cf. Arruda Júnior (2017) e Imaguire; Schirm (2008).

<sup>4</sup> Wittgenstein nunca foi, ele mesmo, integrante do Círculo de Viena, grupo de filósofos da vanguarda do positivismo lógico. Contudo, suas teorias eram percebidas pelos líderes do círculo, como Rudolf Carnap e Moritz Schlick, como confirmação de muitas das teses defendidas pelo grupo. De qualquer maneira, Wittgenstein mantinha contato com alguns dos integrantes do Círculo de Viena.

<sup>5</sup> As *Investigações Filosóficas* e os diversos ensaios que exprimem as teses do segundo Wittgenstein foram publicadas postumamente e organizadas por discípulos do pensador. Em particular, Elizabeth Anscombe é responsável pela publicação de muito do trabalho de seu mestre.

línguas. A partir daí, uma nova gama de reflexões se segue direcionadas não mais à semântica da linguagem ou às suas propriedades formais, mas à chamada *pragmática* da linguagem<sup>6</sup> e à linguagem cotidiana, que passa a afigurar-se para Wittgenstein como suficiente para os estudos de cunho filosófico<sup>7</sup>. A partir do presente momento, as características das duas fases do pensamento wittgensteiniano, assim como as possíveis pontes entre ambas, serão objeto de estudo do artigo.

Em sua primeira formulação, culminante com a publicação do *Tractatus Logico-Philosophicus* (*Logisch-Philosophische Abhandlung* no original) em 1921, o pensamento de Ludwig Wittgenstein é protagonizado por uma latente preocupação com questões lógicas e mesmo metafísicas<sup>8</sup> que se escondem por detrás das formulações linguísticas observadas. De fato, Wittgenstein (2010) ocupa-se, em grande parte do livro, com o desvendamento, principalmente por mecanismos lógicos, da estrutura última da linguagem.

O *Tractatus* (como é frequentemente chamada a primeira obra de Wittgenstein) é dividido numa série de aforismos enumerados tematicamente. Em última instância, contudo, o complexo trabalho é dividido em sete afirmações fundamentais, nas quais consiste a primeira filosofia do austríaco em sua totalidade (ARRUDA JÚNIOR, 2017). São as sete afirmações como segue:

- 1) O mundo é tudo que é o caso.
- 2) O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas.
- 3) A figuração lógica dos fatos é o pensamento.
- 4) O pensamento é a proposição com sentido.
- 5) A proposição é uma função de verdade das proposições elementares. (A proposição elementar é uma função de verdade de si mesma.)
- 6) A forma geral da função de verdade é:  $[P, \xi, N(\xi)]$ . Isso é a forma geral da proposição.
- 7) Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar.

<sup>6</sup> Para uma introdução aos estudos sobre a pragmática da linguagem, cf. Lycan (2022).

<sup>7</sup> A tese wittgensteiniana é mais forte: mais do que suficiente, a linguagem cotidiana esgota a possibilidade analítica para a filosofia. Tentar encontrar ou propor uma estrutura profunda para esta é escapar dos próprios domínios do 'expressável' e cair num irremediável contrassenso. Essa é uma das mais intensas críticas promovidas pelo segundo Wittgenstein em sua obra.

<sup>8</sup> É interessante notar que, embora o próprio Wittgenstein se dissesse descontente com a metafísica enquanto área de investigação, sua obra primeira preocupa-se, por exemplo, em estabelecer uma estrutura categorial fundamental para o mundo (composta de objetos, fatos e estados de coisas). Nesse sentido, o *Tractatus* se aproxima em grande medida dos campos criticados pelo autor.

Para a maior parte dos intérpretes de Wittgenstein, as afirmações acima podem ser agrupadas em quatro categorias. As afirmações 1 e 2 consistem na ontologia do *Tractatus*. A afirmação 3 representa a ponte entre ontologia e epistemologia, isto é, entre o que existe e o que se pode discutir sobre o que existe. As afirmações 4, 5 e 6 dizem respeito à estrutura da linguagem mais diretamente considerada. A última afirmação consiste na mística wittgensteiniana, assim como em sua análise dos limites últimos da linguagem. Muito poderia ser falado a respeito de cada uma das questões trazidas à baila pelo filósofo. Para os fins do presente trabalho, contudo, apenas o terceiro grupo de afirmações afigura-se interessante.

Segundo o Wittgenstein do *Tractatus* (2010), a linguagem opera por meio de descrições de estados de coisas. De fato, defende o austríaco, faz pouco sentido pensar em objetos atômicos como constituindo os blocos fundamentais do mundo (como fez, por exemplo, Bertrand Russell, tutor de Wittgenstein). As coisas ganham sentido na medida em que se relacionam umas com as outras. No vocabulário da obra tratada, objetos constituem *fatos*, e é destes que trata a filosofia em seu estado mais puro<sup>9</sup>. Uma descrição de grande utilidade para a compreensão dessa tese pode ser encontrada nos *Cadernos*, obra produzida entre 1914 e 1916 (enquanto Wittgenstein atuava no campo de batalha durante a Primeira Guerra Mundial). Ali, expressa-se o filósofo da seguinte maneira:

pensemos numa superfície branca, em que houvesse manchas pretas irregulares. Dizemos então: seja qual for o tipo de imagem que surja deste modo, poderei sempre aproximar-me à vontade da sua descrição, cobrindo a superfície com uma rede quadrada adequadamente fina e dizendo de cada quadrado que ele é branco ou preto. Terei assim levado a descrição desta superfície a uma forma unitária (WITTGENSTEIN, 1998, p. 54-55).

Posteriormente, Wittgenstein (1998, p. 55) continua afirmando “que uma imagem, como há pouco mencionada, se possa descrever mediante uma rede de determinada forma, nada asserer acerca da imagem”.

As implicações do experimento mental acima descrito são interessantes. Mediante a justaposição de um esquema conceitual (a rede, na passagem) a um mundo (a superfície), ganha-se a capacidade de descrever o mesmo com precisão arbitrária (a espessura da rede, como supracitada). Contudo, uma tal possibilidade não é acompanhada da capacidade de

<sup>9</sup> A primeira afirmação básica do *Tractatus* é, de fato, imediatamente complementada pelo seguinte aforismo: “o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas” (WITTGENSTEIN, 2010, p. 135).

propriamente entender e analisar a própria categorização conceitual utilizada para descrever o mundo. Com efeito, a linguagem não pode descrever aquilo que lhe concede a capacidade de descrever. Nesse sentido, a linguagem aparece, para o primeiro Wittgenstein, como limite da capacidade epistemológica do sujeito.

Um outro efeito da teorização acima exposta é, como já mencionado, a negação do atomismo. Afinal, termos singulares (os objetos da ontologia wittgensteiniana em sua primeira fase) são como os quadrados da rede que se utiliza para descrever a superfície. A partir deles, o mundo revela-se ao sujeito, mas tal processo não é acompanhado pela capacidade de compreender os objetos *per se*. Disto sucede que a proposição é a unidade fundamental da linguagem. Afinal, nas formas como os objetos se relacionam entre si quando postos em conjunto (quando proposições são formuladas) acaba por revelar mais sobre a natureza dos próprios objetos do que qualquer investigação “direta” a respeito dos mesmos. Da mesma maneira, em contextos ainda mais complexos, em que duas ou mais proposições são agrupadas por meio de recursos como a conjunção ou a disjunção lógica, é possível analisar tal contexto por meio da perscrutação cuidadosa dos elementos que formam o espaço lógico em questão. Uma vez mais, nota-se, é a proposição que aparece como unidade última da análise filosófica.

Assim, coloca-se a tarefa principal da filosofia de acordo com Wittgenstein em sua primeira fase: investigar a estrutura da linguagem com fins de encontrar as proposições fundamentais, que, segundo o quinto aforismo acima citado, são “funções de verdade de si mesmas”, exatamente por seu papel como ferramentas irredutíveis para o conhecimento do mundo<sup>10</sup>. Em última instância, portanto, Wittgenstein coloca como tarefa da filosofia entender e mesmo ditar o que faz sentido dizer, e separar isto daquilo que não faz sentido<sup>11</sup>. Sendo as proposições projeções da estrutura fundamental do mundo, analisá-las profundamente e entender seu funcionamento é entender o mundo em última instância. Segundo o Wittgenstein do *Tractatus* (2010), a tríade objeto/fato/estado de coisas consegue expressar algo

<sup>10</sup> Para uma análise da questão, cf. Schakenraad (2016).

<sup>11</sup> Em alemão, a expressão “sem sentido” pode ganhar duas formulações na obra wittgensteiniana: *sinnlos* e *unsinnig*. O autor vale-se dessa riqueza do idioma para estabelecer graus de significado para as proposições produzidas. Uma proposição como “Sócrates é um sentimento” está gramaticalmente bem formada, mas não logra descrever nada no mundo. O predicado utilizado, embora correto do ponto de vista da gramática, não pode ser atribuído a um nome próprio como Sócrates. A expressão, então, é classificada pelo Wittgenstein do *Tractatus* como *sinnlos*, uma expressão mal formulada do ponto de vista referencial. Já uma proposição como “vermelho faria sono cachorro” é irremediavelmente incompreensível, estando mal formulada mesmo a nível gramatical. Tal expressão é “mais incorreta” do que aquela do primeiro exemplo, sendo então classificada como *unsinnig*.

verdadeiramente curioso sobre o mundo: que este pode ser descrito por certas formas de linguagem.

Após a publicação de sua primeira grande obra, Wittgenstein julga haver solucionado os problemas da filosofia. Assim sendo, afasta-se do mundo acadêmico entre 1921 e 1929. Nesse ínterim, contudo, torna-se crescentemente descontente com a teorização trabalhada até o presente momento. Após exercer diversas funções profissionais (que variaram de professor da educação infantil até jardineiro num monastério<sup>12</sup>), Wittgenstein retorna à pesquisa, dessa vez com premissas radicalmente distintas daquelas que o lançaram para o mundo.

O austríaco percebeu algumas dificuldades em seu sistema filosófico de 1921: de fato, a teoria pictórica da linguagem, que enxerga a proposição como projeção dos estados de coisas externamente existentes, é possivelmente frutífera para a análise de expressões como “o gato está sobre a mesa” ou “a velocidade da caminhonete era de 30 km/h”, mas essas expressões não constituem a totalidade da linguagem humana. Como percebeu o pensador, há uma gama de expressões que não parecem se enquadrar com muita facilidade nos moldes defendidos no *Tractatus* (2010). O que, por exemplo, é representado na linguagem por meio de uma expressão como “olá”? Que tipo de estado de coisas tem como projeção lógica na linguagem um simples cumprimento entre duas pessoas que se encontram fortuitamente num ambiente qualquer? Mais do que isso, o que fazer com formulações como “talvez”? – termo que não parece comportar-se como um operador lógico, a exemplo de “ou”, “e” ou “não”, e, da mesma forma, também não aparenta apresentar um estado de coisas como descrito pelas teorias defendidas por Wittgenstein em sua juventude. A questão pode ficar ainda mais complexa: o que fazer com gestos dentro do trato pictórico da linguagem? Que espaço lógico pode ser ocupado por um sujeito que levanta seu braço mais ou menos até a altura do peito e, como efeito disso, faz parar um ônibus ou táxi para deslocar-se de um ponto a outro de sua cidade?

Complicações como essa fizeram com que Wittgenstein repensasse muito do que defendera no passado, uma vez que suas teorias anteriores aparentavam cobrir apenas uma porção pequena das possibilidades linguísticas. Supostamente, a intuição de que a comunicação humana se dá por meios diversos à teoria pictórica ocorreu ao austríaco quando este, desatento, quase se envolveu num acidente com um ciclista, o qual, logo após o ocorrido, gesticulou de maneiras impróprias na direção de Wittgenstein. A compreensão da mensagem enviada pelo ciclista pôs em cheque as formulações do *Tractatus* aos olhos do filósofo.

<sup>12</sup> Hacker (2001) e Monk (1990) são biografias recomendadas para o trato da vida e da obra de Wittgenstein.

Assim, começa uma segunda fase do pensamento de Wittgenstein. Dessa vez, a teorização promovida pelo pensador procurou entender a linguagem em facetas de maior escopo do que a mera linguagem descritiva. De fato, como percebeu Wittgenstein, esta é apenas uma modalidade por meio da qual indivíduos se comunicam entre si, e esta percepção é fundamental para a compreensão do Wittgenstein maduro, cujo pensamento culmina com as *Investigações Filosóficas* (*Philosophische Untersuchungen*, no original), trabalho publicado postumamente.

Para os fins do presente estudo, é mais frutífero analisar aquilo que se preserva entre o primeiro e o segundo pensamentos de Wittgenstein. De fato, a partir da exposição da filosofia do *Tractatus* (2010), faz-se mais clara uma gama de exposições das *Investigações* (1999).

Wittgenstein preserva sua reflexão acerca da tarefa última da filosofia, responsável, em seu entendimento, por investigar aquilo que faz sentido dizer e separar isto daquilo que é desprovido de senso. Preserva-se também a metodologia da investigação wittgensteiniana, centrada na análise da linguagem em suas formulações cotidianas<sup>13</sup>. Um espírito contrário à metafísica é igualmente ubíquo entre as duas fases do pensador, embora tenha sido mais intenso em sua segunda fase, como já discutido<sup>14</sup>. Todavia, é nas diferenças entre as duas teorizações propostas por Wittgenstein que se encontra a riqueza das formulações das *Investigações* (1999). Em particular, duas teses se fazem presentes da maneira singularmente ampla e profunda, não apenas dentro do pensamento do filósofo, como também em inúmeras análises que o sucederam. São estas a teoria dos *jogos de linguagem* e a tese da *semelhança familiar*.

Segundo a primeira das formulações supracitadas, há uma gama de utilizações possíveis para a linguagem, que transcendem em muito os limites da descrição de estados de coisas. De fato, como notado acima, pensar a linguagem como uma “fotografia” do mundo, com suas projeções lógicas a partir das relações entre objetos, é uma maneira curiosa, mas demasiado limitante de encarar a comunicação entre indivíduos. Se o primeiro Wittgenstein (2010) enxergava a linguagem como pictórica, o segundo (1999) a vê como uma ferramenta. Melhor ainda, como uma série de ferramentas, cujos usos (e mesmo desusos) são moldados pela

<sup>13</sup> Uma crucial diferença, já antecipada, é, todavia, encontrada aqui. Diferentemente do primeiro Wittgenstein, a segunda fase do pensamento do austríaco defende que não há uma estrutura profunda por detrás da linguagem cotidiana. A metodologia pode partir do mesmo ponto, mas para o segundo Wittgenstein tal passo constitui começo e fim da análise do significado.

<sup>14</sup> Tal espírito antimetafísico dá-se pela rejeição de Wittgenstein em aceitar como imediatamente sensatas afirmações sobre a estrutura última do mundo. Para o primeiro Wittgenstein, tais afirmações são contrassensos, pois a única coisa que se pode dizer do mundo em si é que este é descritível pela linguagem, não havendo possibilidade de conhecê-lo de outra maneira. Para o segundo, tais afirmações simplesmente escapam às possibilidades da linguagem, sendo imediatamente rejeitadas como desprovidas de significado.

experiência humana no mundo, e cujos efeitos acabam por influenciar drasticamente a existência individual, dado que, para a segunda fase do pensador austríaco, é possível imaginar tão somente uma linguagem pública.

Voltando aos exemplos providenciados como dificuldades para a teoria pictórica, vê-se o valor da nova forma de encarar a linguagem. De fato, é impossível identificar um estado de coisas que é fielmente projetado na linguagem com o termo “olá”. Contudo, se a linguagem é pensada como uma série de códigos, socialmente construídos, para que inúmeras formas comunicativas ganhem corpo, tal dificuldade não é um problema acentuado. Wittgenstein pode, agora, escapar das amarras da ausência de uma projeção lógica argumentando, simplesmente, que não é essa a função linguística exercida pelo termo utilizado. Não se procura descrever algo por meio da palavra “olá”, mas sim iniciar uma conversação de maneira amistosa com alguma pessoa. Assim, no vocabulário wittgensteiniano em sua segunda fase, o termo em questão introduz um ‘jogo de linguagem’ distinto daquele da descrição.

“Talvez” é outro caso coberto pela nova teoria. As imparidades que tanto complicavam a teoria pictórica são removidas da mesma maneira que aquelas que cercavam o cumprimento amistoso acima descrito. De fato, quando um falante qualquer se vale do termo “talvez”, não procura, por meio deste, descrever um determinado estado de coisas. Da mesma forma, não é sua intenção<sup>15</sup>, ao valer-se do termo, introduzir um operador lógico para formular contextos proposicionais complexos. Seu jogo de linguagem é outro: aquele de expressar incerteza quanto a alguma coisa.

Gestos tornam-se explicáveis de formas muito semelhantes. Dar comandos, reforçar palavras proferidas, chamar a atenção de alguém. Essas são, todas, funções exercidas pela linguagem gestual que se encontram fora dos limites da linguagem descritiva. Aqui, encontra-se mais uma peça para a compreensão do quebra-cabeça da nova teorização wittgensteiniana: mais de um jogo de linguagem pode ser jogado a partir do mesmo termo ou gesto.

Se uma pessoa aponta para um vaso vermelho para indicar a um neonato ou a um estudante iniciante de uma língua qualquer a cor do objeto destacado, seu gesto é essencialmente o mesmo que seria observado se, por meio do ato de apontar, fosse nomeado o vaso em si, ou sua forma, seu material ou algum outro elemento. O mesmo gesto exerce funções distintas a depender do contexto em que está inserido. Também um termo, como “cachorro”

<sup>15</sup> A formulação em questão não é exatamente precisa. Por razões que ainda serão explicitadas, Wittgenstein descarta os chamados “mentalismos” de sua teoria mais madura. A situação se relaciona com a afirmação acima produzida de que a linguagem é necessariamente pública.

pode variar de significação de acordo com o jogo de linguagem de que se valem os falantes quando de sua utilização do termo. Assim, “cachorro” pode ser uma resposta correta à pergunta “quem é o melhor amigo do homem?” ou uma abreviação de uma afirmação como “lá está um cachorro!”. Segundo Wittgenstein (1999), as significações dos dois usos do termo são distintas entre si, e tal fato não se relaciona com propriedades internas ao termo em si, mas sim com relações contextuais relativas ao uso dos termos.

Uma das principais ideias das *Investigações Filosóficas* é desenvolvida a partir de problematizações como essas: o significado de um termo é nada mais do que seu uso dentro de uma elucubração linguística específica (WITTGENSTEIN, 1999). Em outras palavras, não há uma estrutura profunda subjazendo os termos. Estes são, por si sós, vazios de significado, ganhando significado apenas na medida em que são inseridos num jogo de linguagem.

Uma especificação precípua deve ser imediatamente feita. Jogos de linguagem não são, segundo o Wittgenstein das *Investigações* (1999), jogados por um indivíduo isolado. De fato, termos significam tão somente na medida em que podem ser reconhecidos por uma gama ampla de falantes. A linguagem é, em seu nível mais fundamental, um ato coletivo, uma vez que seus elementos constituintes (palavras, gestos et c.) significam apenas na medida em que são operacionalizados dentro de um jogo. Nesses termos, o chamado *argumento contra a linguagem privada* é um dos mais importantes fatores para a filosofia do maduro Wittgenstein.

É interessante notar outra continuidade entre o Wittgenstein do *Tractatus* e o das *Investigações*. Para este, assim como para aquele, continua a ser impossível enxergar o significado de um termo isolado de seu contexto. Para o Wittgenstein mais maduro, todavia, o contexto em questão é fornecido pela pragmática da linguagem, por circunstâncias externas à codificação linguística em si. Tal posição afasta a segunda fase Wittgensteiniana da filosofia do *Tractatus*, segundo a qual o contexto que dá significação aos termos é, também, estritamente linguístico. Como será exposto, tais reflexões aproximam Wittgenstein das análises de Michel de Certeau a respeito dos artefatos culturais.

Diante do conceito de jogo de linguagem, pode ser inquirida a natureza última do conceito. ‘O que faz com que um jogo de linguagem seja o que é?’ Wittgenstein (1999), todavia, afasta considerações deste tipo. De fato, segundo o austríaco, não existem fatores que podem ser agrupados como essenciais à categoria de jogo de linguagem. Escreve o filósofo:

imagine alguém que diga “todas as ferramentas servem para modificar alguma coisa. Assim, o martelo, a posição de um prego; a serra, a forma da tábua etc.” - E o que modificam o metro, o vidro de cola, os pregos? - “Nosso saber sobre o comprimento

Página 10 de 22

DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v6i4.1353>

de uma coisa, a temperatura da cola e a solidez da caixa.” - Ganhar-se-ia algo com essa assimilação da expressão? (WITTGENSTEINS, 1999, p. 31, grifos do autor)

Assim como as ferramentas de que se vale um construtor quando de seu ofício, os jogos de linguagem dificilmente podem ser agrupados sob um critério unívoco.

Considere-se o termo “jogo”. O que constitui um jogo como tal? “Precisa ser jogado por mais de uma pessoa”, podem afirmar alguns. Contudo, o que pode ser dito do jogo de paciência? “Precisa ser jogado com uma bola ou disco”. Mas o que dir-se-á dos dardos? “Precisa ser competitivo”. E a amarelinha? Para qualquer critério escolhido, parece surgir, imediatamente, um contraexemplo. Dessa maneira funcionam os jogos de linguagem segundo Wittgenstein. Há meramente semelhanças entre os jogos de linguagem, assim como entre os membros de uma mesma família, que permitem a identificação de um jogo particular como tal dentro de um contexto específico. Daí adiante, é o uso dos termos que determina que tipo de jogo está sendo jogado e como se deve responder ao enunciado (ou grupo de enunciados) que se coloca diante do falante.

Assim, a tarefa da filosofia passa a ser desvendar os jogos de linguagem, com fins de, uma vez mais, separar o que faz sentido dizer daquilo que não faz. Tal missão, contudo, dá-se no cotidiano das expressões linguísticas. E, como demonstrar-se-á a partir do presente momento, não apenas a linguagem pode ser investigada sob uma tal teorização. Também a cultura faz-se de forma muito parecida.

## **DE UMA CULTURA PLURAL À INVESTIGAÇÃO DO COTIDIANO: MICHEL DE CERTEAU E OS ARTEFATOS CULTURAIS**

Michel de Certeau, nascido a 17 de maio de 1925 em Chambéry, França, consolidou-se, ao longo de seus anos de atividade acadêmica, como um autor de enorme influência para mais de um campo da produção do conhecimento em humanidades. Com efeito, suas reflexões, notoriamente interdisciplinares, perpassam os campos da linguística, da antropologia, da psicanálise, da história, da mística e da sociologia. Embora Certeau não tenha exatamente tido em vida o reconhecimento atualmente outorgado à sua pessoa (BUARQUE, 2007), é raro presenciar debates nas áreas supracitadas que não se valham, em alguma medida, e de seu pensamento. Tal pensamento, assim como o de Wittgenstein, passou por uma curiosa trajetória, a qual, em linhas análogas às do austríaco, fizeram com que Michel de Certeau se visse a

analisar o cotidiano a partir de uma visão específica da cultura. Este é o tópico presente da discussão que aqui se inicia.

É possível pensar na obra intitulada *A Cultura no Plural* (1995), publicada originalmente no ano de 1974, como o ponto de partida dos estudos mais aprofundados de Michel de Certeau a respeito da cultura e dos mecanismos que a regem. De fato, a obra em questão é o resultado de um contexto particularmente interessante para a sociedade francesa do século 20, cujas reverberações fizeram-se sentir durante algum tempo, espalhando especialmente com presteza. O livro foi publicado pouco após as movimentações políticas de Maio de 1968, evento iniciado por estudantes dos mais variados níveis e perpetuado por uma série de outros agentes. De fato, a partir dos movimentos estudantis, 1968 ficou marcado na história recente francesa como um ano de lutas por variadas causas, que incluíam o combate ao conservadorismo sexual da sociedade francesa da época, uma classe trabalhadora que passou a reivindicar melhores condições de trabalho, uma intelectualidade francesa que ganhou novo fervor a partir do movimento em questão e inúmeros outros desdobramentos altamente relevantes para aquele contexto.

Para a intelectualidade dominante na França até aquele momento, protagonizada por figuras como Michel Foucault e Pierre Bourdieu, as movimentações de Maio de 1968 constituíam um problema do ponto de vista teórico. Com efeito, as teorizações até então produzidas partiam de mecanismos de *reprodução* como fator fundante da cultura e da política – notadamente como é o caso de Bourdieu, que tem, no conceito de *reprodução*, o título de uma de suas mais destacadas obras sobre a Educação. As reflexões em questão, quando inseridas em seu contexto histórico e argumentativo, encaixam-se com alguma facilidade no quadro geral da intelectualidade ocidental da época. Os anos de 1960, assim como a década anterior e não negligenciáveis parcelas da década posterior, foram dominados pelo pensamento estruturalista. Nascido no campo da linguística, principalmente a partir do *Curso de Linguística Geral* (1971), do suíço Ferdinand de Saussure (ainda na década de 1910), o estruturalismo ganhou força considerável nos demais campos das humanidades a partir do pós-Segunda Guerra Mundial. Suas teses, densas e difíceis de analisar brevemente, partiam do princípio de que há *estruturas* observáveis (a partir de certas construções teóricas) ao longo de extensos períodos da história humana (senão em sua totalidade, de acordo com alguns expoentes desse aporte teórico-metodológico). A partir de tais combinações de organização política, formações psicossociais, mecanismos econômicos e uma serialidade de outros fatores sociais, a análise estruturalista pretendia descrever as condições últimas do existir humano no mundo. De fato, as pretensões

de ao menos alguns pensadores estruturalistas voltavam-se ao desvendamento daqueles elementos das comunidades humanas que se reproduziam indefinidamente, com tamanha profundidade que poderiam ser mesmo entendidos como constituintes inevitáveis da condição humana (DOSSE, 2018).

Dentro dos pensamentos de Foucault e de Bourdieu, caracterizados por suas tendências estruturalistas (CUNHA; MESQUITA, 2019), algo como o Maio de 68 era difícil de ser pensado. Tal era o caso porque a Universidade, instituição a partir da qual se deram as movimentações políticas em questão, era percebida como um ambiente particularmente envolvido com a reprodução dos modelos sociais vigentes. Ali, segundo Foucault, por exemplo, era observada uma *disciplina* rígida, responsável por moldar o oprimido, personificado na figura do estudante, de modo a garantir a continuidade das estruturas sociais. Também de acordo com Bourdieu, haveria pouco espaço, numa instituição tão importante para o poder político estabelecido, para algo das proporções observadas em 1968. Ainda assim, tal evento ocorreu. Diante do silêncio nas teorizações estruturalistas diante do ocorrido, Michel de Certeau adiantou-se em analisá-lo a partir de sua percepção de cultura. A partir disto, nasceriam obras como *A Tomada da Palavra [La Prise de Parole]*, de 1968 (1997) e a própria *A Cultura no Plural* (DOSSE, 2003).

Segundo o primeiro momento teórico-metodológico de Michel de Certeau, a cultura não pode ser enxergada, como nas análises estruturalistas, como um bloco reproduzível. Como o título de sua obra sugere, *A Cultura no Plural* (1995), há uma pluralidade de agentes e elementos culturais envolvidos nas mais variadas esferas do existir coletivo. As redes de poder, de fato, permeiam as relações entre os grupos sociais, mas não logram dominar a cultura subalternizada a ponto de eliminá-la ou subjugar-la por completo.

A problemática colocada por Michel de Certeau em *A Cultura no Plural* (1995) advém dessa percepção: a Educação e mais especificamente a Universidade são, segundo sua análise (e como também a pensaram Foucault e Bourdieu), instituições pensadas para a reprodução de determinados modelos. Contudo, diferentemente das teorias propostas por seus pares, Certeau apercebeu-se do fato de que o sujeito subalternizado pelas estruturas de poder que encontra esse ambiente pode fazer mais do que simplesmente aceitar sua posição e assimilar o discurso a ele imposto. A partir daí, torna-se possível entender movimentações como a de Maio de 1968.

A teorização de Michel de Certeau sobre a cultura, num primeiro momento, faz-se, em alguma medida, de forma sistemática<sup>16</sup>. Na prática, as lógicas trazidas pelo autor num primeiro momento de sua produção constituem mais uma cultura *dual* do que propriamente *plural*. Tal é o caso porque, ao longo de sua análise (CERTEAU, 1995), o autor fala frequentemente numa Universidade pensada para a elite que, em face das mudanças na sociedade francesa ao longo do século XX, vê-se diante de classes populares às quais o discurso universitário não se adapta. É dentro da oposição traçada entre os dois grupos em questão que se projeta o espaço aberto para Maio de 68. Todavia, ainda faltam elementos de maior sutileza teórica na análise evidenciada por *A Cultura no Plural* (1995). Estes seriam providenciados por Michel de Certeau em estágios posteriores de sua produção intelectual.

No ano de 1975, uma nova obra de significativa importância para as humanidades é publicada pelo jesuíta, *A Escrita da História* (2022). Ali, é possível detectar novidades no pensamento certeuniano a respeito do discurso, que passariam a dialogar profundamente com suas reflexões prévias a respeito da cultura e da política. De fato, a partir de segmentos específicos do livro mencionado, em particular o segundo capítulo da obra, intitulado *A Operação Historiográfica*, a problemática interessante para os fins do presente artigo ganha novo fôlego no contexto da produção de Michel de Certeau<sup>17</sup>.

Segundo o Certeau de 1975, o discurso historiográfico (assim como outras modalidades discursivas que se inclinam à produção do conhecimento) dá-se de acordo com a articulação de três elementos essenciais: um *lugar social*, uma *prática* e uma *escrita*. Cada um dos fatores em questão exerce funções precípua para fins de análise, uma vez que, por meio das categorias em questão, o que se busca demonstrar é que não se pode falar numa linguagem desinteressada ou neutra. Com efeito, a operação historiográfica faz-se de acordo com códigos desenvolvidos ao longo da história da disciplina.

O *lugar social* de um discurso é constituído das instituições, das relações de poder que permeiam os indivíduos que discursam sobre a realidade, da posição ocupada pelos especialistas responsáveis pela pesquisa dentro de uma comunidade humana. Em suma, como explicitado pelo autor em *A Escrita da História*:

<sup>16</sup> O termo “sistemático” não se encaixa perfeitamente a momento algum da produção certeuniana. De fato, tal é o adjetivo utilizado para a análise da primeira fase do pensamento de Certeau tão somente porque este está sendo comparado com a teorização proposta em *A Invenção do Cotidiano* (2014), ainda a ser evidenciada.

<sup>17</sup> Uma versão preliminar deste capítulo, com o título *A operação histórica*, já havia sido publicada pelo autor na coleção *Faire de l'histoire*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, em 1974 (1976).

toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam (CERTEAU, 2022, p. 47).

Dessa maneira, o discurso sobre a realidade é organizado de acordo com três particularidades de seu lugar social: o *dito*, o *não-dito* e o *interdito*.

O segundo fator de análise postulado por Michel de Certeau, o conjunto de *práticas* que permeia a produção do discurso nas mais diversas situações, consiste numa série de operações de ordem técnica de que se valem especialistas de toda sorte para legitimar sua produção aos olhos de seu mundo social. Para a análise da historiografia propriamente dita, o autor destaca, e.g., a imensidão de “ciências auxiliares” de que se valem os historiadores para firmar seu saber diante da comunidade de pesquisadores (CERTEAU, 2022). As práticas garantem ao discurso um lugar fixo ao garantir-lhe a legitimidade de suas operações.

A *escrita* faz-se como fruto final do lugar preparado ao discurso pelos dois elementos previamente trabalhados. Aqui, o discurso sobre o real firma-se em sua concretude. A palavra em si, contudo, é tão real quanto aquilo que ela descreve. De fato, como pontua Michel de Certeau (2022, p. 26-7), discursar sobre o mundo é promover uma interferência do real sobre o real, uma vez que a escrita é reflexo de relações de poder, de comunidades de indivíduos, de lugares sociais cuidadosamente preparados e de diversos outros fatores que exercem diferenças práticas profundas para a existência de inúmeros indivíduos. Assim está completa a tríade de elementos teóricos destacada em *A Escrita da História* (2022), a qual será posteriormente direcionada às discussões de *A Cultura no Plural* (1995) para dar origem às considerações mais maduras do autor sobre a cultura.

Em 1980, é publicada mais uma influente obra de Michel de Certeau. Intitulada *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer* (2014), a produção em questão coloca em evidência uma série de elementos já preparados pelo pensador nas duas obras anteriores. De fato, como já sugerido, as reflexões do autor sobre o cotidiano podem ser vistas como o cruzamento da dualidade da cultura observada em 1974 com os estudos sobre o discurso feitos a partir de 1975. Tal combinação tem como resultado uma produção que, espera-se demonstrar, acaba por aproximar-se das problemáticas levantadas por Wittgenstein, autor a quem Michel de Certeau se debruçou ao longo de suas pesquisas.

Desenvolvidas as considerações sobre o discurso, Michel de Certeau volta ao cenário da produção cultural, dessa vez com novos recursos de análise. Como resultado dos desdobramentos teóricos de *A Escrita da História* (2022), o autor complexifica suas considerações sobre a cultura, a partir de um novo vigor teórico sustentado pela tríade composta por lugar social/prática/escrita. A partir deste, passa a considerar a cultura como território que abriga embates constantes entre grupos sociais. Aqui, tem-se uma cultura múltipla por excelência (CERTEAU, 2014).

A análise diádica de *A Cultura no Plural* ganha profundidade a partir de 1980, uma vez que passa a haver a percepção de que os lugares em que se dão as operações sociais não estão garantidos aprioristicamente, como faz parecer a análise anterior estabelecida pelo autor (CERTEAU, 1995; 2014). Com efeito, aquilo que antes era percebido como um ponto fixo para a análise da cultura (a Universidade, o Estado e elementos parecidos) passa a ser dinamizado como o campo em que se projetam os discursos de grupos sociais variados e de interesses abrangentes (CERTEAU, 2014). A estes é oposta a vida daqueles que não têm sob seu controle os recursos políticos, que não são senhores do poder. Estes são, contudo, responsáveis pela produção de formas de vida da mesma forma, e a cultura torna-se, sim, uma zona de choque entre os senhores do poder e os subalternizados. Contudo, com a sutileza teórica adquirida a partir das contribuições de *A Escrita da História* (2022), tais embates precisam ser alojados dentro de uma nova categoria, visto que o lugar social passa a ser considerado como dinâmico.

Nas divisões entre grupos sociais dotados de mecanismos e interesses específicos, destaca-se uma nova díade: *estratégia e tática* (CERTEAU, 2014). De forma simples, a divisão ocorre segundo o acesso que cada grupo social tem aos recursos de poder. Aqueles grupos que detêm os mecanismos do poder em certos contextos (a classe política, especialistas dentro das áreas do conhecimento, militares assenhorados do poder de decisão sobre arsenais e pessoas, et c.) constituem a estratégia. É parte do funcionamento desse elemento que os indivíduos que o representam tenham consigo o lugar em que ocorre a cultura. Em outras palavras, dotados do poder político, é desses grupos a premissa de “preparar o campo” a partir do qual ocorrerá a cultura. A classe política possui a premissa de determinar o que é ou não é legal, coordenadores e diretores das instituições de ensino possuem a prerrogativa de decidir os rumos da pesquisa a ser desenvolvida em seus meios e assim por diante. Do outro lado está a tática, representada por aqueles aos quais o acesso aos mecanismos do poder é negado. Estes precisam jogar com o que lhes é preparado pela estratégia. Encontram o campo pronto, e precisam lidar com esse campo a partir de recursos mais escassos do que aqueles do poder estratégico. Estudantes têm

pouco poder de decisão a respeito da legislação que rege o ensino, cidadãos não podem participar de maneira tão direta e contundente dos processos de tomada de decisão dentro de um Estado. No lugar disso, cabe aos grupos mencionados operar de acordo com o que é decidido por outrem. Ainda assim, argumenta Certeau (2014), a partir de seu modelo polemológico da cultura, é exatamente isso que a tática faz.

Como já adiantado, o poder estratégico tem a premissa de preparar o lugar onde a cultura ocorrerá. Contudo, a estratégia não logra subsumir o Outro, aquele que está no campo da tática, a seus mecanismos total e incondicionalmente. Não se pode tirar do subalternizado sua capacidade de ressignificar aquilo que lhe é dado pelo poder dominante, uma vez que, como já ressaltado, a tática tem a prerrogativa de desenvolver formas de vida que lhe são próprias, mesmo diante de um lugar sobre o qual pouco poder de decisão lhe é aprioristicamente dado (CERTEAU, 2014).

A dinâmica conferida ao *lugar social* pela inserção das considerações de *A Escrita da História* (CERTEAU, 2022) no contexto de *A Cultura no Plural* (CERTEAU, 1995) tem como efeito o surgimento de uma outra díade na análise certeuniana: aquela entre *lugar e espaço* (CERTEAU, 2014). Sumariamente, a diferença entre as duas categorias dá-se pela ressignificação política dos ambientes em que se confrontam *estratégia e tática*. A cidade, o Estado e as instituições de ensino como pensadas unilateralmente pelo poder estratégico constituem *lugares*. Contudo, uma vez que tais lugares são ocupados pelos subalternizados, uma vez que a tática introduz num lugar suas formas de vida e ressignifica aquilo que lhe foi imposto, o *lugar* é transfigurado num *espaço*. Tal ato é político por natureza, uma vez que constitui uma subversão dos tentos estratégicos de exercer domínio.

Aqui, entende-se o título da obra de 1980 – *A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer* (CERTEAU, 2014). O cotidiano é onde a cultura é feita. Não pode ser diferente, uma vez que pensar apenas em instituições leva a um engessamento do ato teorizador que acaba por aniquilar a autonomia e as agências dos subalternizados, enquanto que pensar a *tática* por si só exclui elementos essenciais da análise da cultura, dado que esta possui como que uma “existência relativa”, condicionada por aquilo que lhe é imposto pela *estratégia*. O embate entre os dois pode ser melhor observado no cotidiano, e este é inventado exatamente na medida em que os mecanismos, tanto do poder estratégico quanto da tática que lhe serve de oposição, mudam constantemente. Os dominantes buscam novas formas de exercer seu poder, e na mesma medida os subalternizados elaboram formas astuciosas de perpetuar seu fazer e seu existir dentro dos espaços culturais (CERTEAU, 2014).

## JOGOS DE LINGUAGEM E ARTEFATOS CULTURAIS

Algumas novas observações acerca do conceito wittgensteiniano de jogo de linguagem são necessárias para os propósitos do presente estudo. Em particular, faz-se preciso destacar a função evidenciadora que tais jogos exercem com relação às *formas de vida* (*lebensformen*, no original) dos falantes que os utilizam. A partir daí, será possível enxergar com maior clareza o diálogo estabelecido entre Wittgenstein e Certeau.

As propostas do segundo Wittgenstein (1999) aproximam-se da cultura como apresentada pelo Certeau mais maduro em maior medida do que seu caminho em direção às utilizações “comuns” da linguagem (2014). As proposições wittgensteinianas das *Investigações Filosóficas* (1999) – com sua forte negação da metafísica e da semântica formal, assim como por meio de argumentações como a semelhança familiar – têm como consequência que uma linguagem qualquer é significativa tão somente na medida em que coloca em evidência as maneiras de existir no mundo de uma determinada comunidade de falantes.

É possível notar como que um embrião dessa argumentação nas reflexões do primeiro Wittgenstein a respeito do sujeito, categoria colocada pelo filósofo no *Tractatus* como parte da mística (2010). De fato, as reflexões do austríaco sobre ética e estética permanecem relativamente constantes ao longo de sua produção intelectual (SANTANA, 2015). Contudo, negar uma estrutura lógica última para a linguagem é, também, negar uma posição mística para o sujeito que usa tal recurso. Assim, o segundo Wittgenstein (1999) insere o sujeito como condição transcendental para a existência da linguagem. Dado que termos significam tão somente conforme são utilizados em contextos linguísticos, e que não há propriamente critérios de identidade para os jogos de linguagem, segue da posição wittgensteiniana em sua segunda fase que é na própria vida de sujeitos que a linguagem está embasada.

A linguagem, assim, passa a ser entendida como o reflexo de uma forma de vida. É o que cada comunidade é, assim como o que faz, que confere significado às palavras de que o grupamento em questão se vale para comunicar-se. Assim sendo, como destacado brevemente por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*: “se um leão pudesse falar, não poderíamos compreendê-lo” (1999, p. 201), uma vez que a forma de vida do leão é radicalmente diferente daquela que um ser humano tem para si. De fato, uma tal maneira de pensar sobre o fenômeno linguístico se aproxima do conceito certeuniano de *artefato cultural*.

Já foi destacada a função do cotidiano, assim como suas operações mediante díades como *estratégia/tática* e *lugar/espço*. Também já foi destacada a natureza dinâmica dos *lugares sociais* como teorizados pelo Certeau mais maduro (2014). Falta, contudo, o

entendimento da noção de *artefato cultural*. Com efeito, uma vez mais, é profícuo analisar tal categoria em oposição a figuras como Bourdieu e Foucault.

Segundo grande parte das análises dominantes no contexto da produção ceriteuniana, há um papel específico cumprido por aquelas figuras oprimidas pelas redes políticas traçadas a partir das instituições culturalmente dominantes. No campo da cultura, os subalternizados são *consumidores* do discurso emitido pelos agentes de maior poder no seio de uma comunidade humana. A categoria em questão é, segundo a análise de Certeau, problemática, na medida em que priva o subalternizado de sua autonomia. Como já visto, a análise ceriteuniana parte do princípio de que, no cotidiano dos espaços onde se faz a cultura, o poder estratégico é ressignificado pelos subalternizados, a ponto de tornar-se algo próprio destes. Não se tratam de *receptores* ou *consumidores* daquilo que é preparado pelo poder constituído, mas sim de *usuários* dotados de suas próprias *artes de fazer*, de suas próprias formas de vida, e que, exatamente por conta desses fatores, apresentam enorme capacidade de subverter aquilo que é imposto verticalmente, a partir da posição da estratégia (CERTEAU, 2014).

A cultura, assim, faz-se por meio de *artefatos culturais*. Se é verdade que o poder estratégico tem a prerrogativa de preparar o ambiente onde ocorrerá o jogo da cultura, também o é o fato de que a tática *usa* tal ambiente por meio de sua própria astúcia, transfigurando o *lugar* estratégico num *espaço* próprio. Dessa forma, às avaliações escolares é contraposta a cola dos estudantes; à organização espacial da cidade servem de contrapeso os atalhos criados por inúmeros transeuntes; à imprensa tradicional é oposta a arte de rua (a exemplo das caricaturas expostas em grafite nos mais variados pontos das metrópoles). Aí está a cultura, pois aí estão os *artefatos* utilizados pela tática, que servem como meio de enfrentamento ao poder estratégico. O uso de artefatos os mais diversos é condição essencial para a existência da cultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, pode-se ver a ligação entre a cultura em Michel de Certeau e a linguagem em Ludwig Wittgenstein. A trajetória que leva Michel de Certeau à análise do cotidiano é análoga àquela que leva Wittgenstein à pragmática da linguagem. Em ambos os casos, tem-se a percepção de que formulações analíticas anteriores faziam-se demasiado sistemáticas para acomodar dentro de si a complexidade dos fenômenos reais, seguida de uma negação, em maior ou menor grau, de abstrações distantes. Ambos, Certeau e Wittgenstein,

apercebem-se da necessidade de examinar cuidadosamente as formas de existir no mundo de sujeitos ordinários para melhor entender aquilo que estudavam.

Mais do que isso, há, por parte dos dois pensadores, a conclusão de que as formas de vida são, em última análise, condição necessária para a existência, seja da linguagem ou da cultura, da forma como se manifestam ambos os fenômenos. A teorização demasiado abstrata, seja manifesta pela forma diádica de enxergar a cultura, seja pelo estabelecimento prévio de uma definição da natureza da linguagem, passa a ser percebida por ambos como danosa aos interesses da pesquisa. De fato, uma trajetória análoga dá vez a conclusões similares: é no cotidiano de sujeitos ordinários que se deve procurar a significação da cultura e da linguagem.

A relação entre jogos de linguagem e artefatos culturais pode, então, ser apreendida nesses termos. Os dois elementos são operacionalizações de objetos dentro de formas de vida. Ambos passam a existir na medida em que sujeitos diversos apropriam-se dos mais variados elementos da realidade, utilizando-os. Artefatos culturais e jogos de linguagem são, assim, dois lados da mesma moeda. Fazem-se por meio de sujeitos ordinários, os quais conferem sentidos particulares, seja às palavras ou a qualquer outro elemento da realidade, ao utilizá-los em contextos numerosos, de formas que dialogam com os aspectos mais profundos de seu existir (e agir) no mundo.

Por fim, pode-se destacar uma preocupação latente por ambos em ressaltar a impossibilidade de regressar às sistematizações anteriores. Certeau desenvolve longamente sua tese do cotidiano e dos *artefatos culturais* como expressão última da cultura, de maneira semelhante a Wittgenstein, que pontua numerosa e intensamente que não há o que se esconda por detrás do uso da linguagem em suas mais variadas facetas. Assim, tem-se, com os dois, a impressão de que o passo dado consiste, realmente, num incontornável desenvolvimento para a pesquisa com dois dos fatores mais profundamente envolvidos com o existir humano.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - pelo apoio financeiro ao desenvolvimento da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA JÚNIOR, Gerson Francisco. **10 Lições sobre Wittgenstein**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

BUARQUE, Virgínia A. Castro. A Epistemologia “negativa” da Michel de Certeau. **Trajetos**, vol. 5, n. 9/10, p. 231-247, 2007.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp. 17-48.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papyrus, 1995 [original de 1974].

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022 [original de 1975].

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. trad. Ephrain Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 2014 [original de 1980].

CERTEAU, Michel de. **The capture of speech & other political writings**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997 [original de 1968].

CUNHA, Juliana Blasi; MESQUITA, Wania Amélia Belchior. “Sempre é bom recordar que não se deve tomar os outros por idiotas”: algumas considerações a respeito da proposta teórica de Michel de Certeau para análise das práticas sociais cotidianas. **Synthesis**, vol. 12, n. 2, p. 13-24, 2019.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

DOSSE, François. **Michel de Certeau: El caminante herido**. México: Universidad Iberoamericana, 2003.

HIGHMORE, Bem. **Michel de Certeau: Analysing culture**. New York: Continuum, 2006.

IMAGUIRE, Guido & SCHIRN, Matthias. **Estudos em Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LYCAN, William G.. **Filosofia da Linguagem: uma introdução contemporânea**. trad. Desidério Murcho. Lisboa: Edições 70, 2019.

SANTANA, Diana Patrícia Ferreira de. A Questão Ética nas Considerações de Wittgenstein. **Informe Econômico**, vol. 35, n. 2, p. 90-93, 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 3ed. São Paulo: Edutira Cultrix, 1971.

SCHAKENRAAD, Johanna. Wittgenstein as a Wild Mystic: Michel de Certeau on Ludwig Wittgenstein’s philosophy of language. **Philosophyplus**, v. 1, 2016.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Cadernos 1914-1916**. trad. João Tiago Proença. Lisboa: Edições 70, 1998.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999 [primeira publicação: 1953].

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010 [original de 1921].